



TRIBUNAL
REGIONAL
ELEITORAL DO
PARÁ

2024



Relatório de ACESSIBILIDADE

Tribunal Regional Eleitoral do Pará

COMPOSIÇÃO:

Desembargador José Maria Teixeira do Rosário
Presidente

Desembargadora Maria Filomena de Almeida Buarque
Vice-Presidente e Corregedora

José Airton de Aguiar Portela
Juiz Federal

Rosa de Fátima Navegantes de Oliveira
Juíza de Direito

Marcus Alan de Melo Gomes
Juiz de Direito

Marcelo Lima Guedes
Jurista

Tiago Nasser Sefer
Jurista

Alan Rogério Mansur Silva
Procurador Regional Eleitoral

DIRETORIA-GERAL

Bruno Giorgi Almeida e Silva
Diretor-Geral

SEÇÃO DE GESTÃO DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E SOCIAL - SGS

Lísia Regina Franco Dias
Chefe de Seção / Analista Judiciária

Luciane da Conceição Costa Mai
Assistente I / Analista Judiciária

Alcyone Beatriz de Oliveira
Analista Judiciária

Kathleen Bárbara Reis da Silva
Colaboradora

Sumário

04

APRESENTAÇÃO

05

INTRODUÇÃO

06

TRE ACESSÍVEL

07

CALENDÁRIO DE ACESSIBILIDADE

08

GARANTIA DE ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL

09

GARANTIA DE ACESSIBILIDADE TECNOLÓGICA

10

CRIAÇÃO DA POLÍTICA DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA OU MOBILIDADE REDUZIDA DA JUSTIÇA ELEITORAL DO PARÁ

11

PROJETO CENTRO CULTURAL INTEGRALIZADO

12

CAPACITAÇÕES:

13 - PROJETO "SIMPLES ASSIM" - OFICINA DE LINGUAGEM SIMPLES E VISUAL LAW

14 - AMBIENTAÇÃO PARA NOVOS SERVIDORES

15 - PALESTRA "COMBATE AO CAPACITISMO"

16 - CURSO DE LIBRAS - NÍVEL INTERMEDIÁRIO

17 - PALESTRA SOBRE LINGUAGEM SIMPLES NO CIRCUITO DE ESTUDOS ELEITORAIS.

18 - CURSO "COMUNICAÇÃO DESCOMPLICADA: LINGUAGEM SIMPLES E IA GENERATIVA: UMA ABORDAGEM PRÁTICA"

19 - CURSO ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO: CAPACITAÇÃO PARA A MAGISTRATURA ELEITORAL.

20 - PARTICIPAÇÃO NO I ENCONTRO NACIONAL DO COMITÊ DOS DIREITOS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO ÂMBITO JUDICIAL, DO CNJ.

21 - PARTICIPAÇÃO NO 3º ENCONTRO NACIONAL DE ACESSIBILIDADE DA JUSTIÇA ELEITORAL, NO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL.

23 - LIBRELO

26

AÇÕES RELATIVAS ÀS ELEIÇÕES 2024:

26 - VISTORIAS AOS LOCAIS DE VOTAÇÃO

27 - SÉRIE DE VÍDEOS "DICAS DE INCLUSÃO"

28 - CENTRAL DE INTERMEDIACÃO EM LIBRAS

29 - SALA CALMA

30 - DIA DE ATENDIMENTO EXCLUSIVO PARA PCDS

31 - COORDENADORES DE ACESSIBILIDADE

32 - TREINAMENTO DE MESÁRIOS COM FOCO NA INCLUSÃO

33 - ATENDENTES CEGOS NO "DISQUE ELEITOR"

Apresentação

A Comissão Multidisciplinar de Acessibilidade e Inclusão (CMAI), instituída pela Portaria nº 20.475/2021 TRE/PRE/GABPRE, de 8 de julho de 2021 constante do Processo SEI nº 0012686-86.2020.6.14.8000, vem apresentar Relatório de Atividades 2024. Com a Portaria 22384/2024, a CMA passou a ter a seguinte composição:

- Juíza ANETE MARQUES PENNA DE CARVALHO, Membro Substituta da Corte Eleitoral do Pará, na qualidade de Presidente da comissão e representante da classe dos Magistrados;
- VALENA LAREDO MENDONÇA WANZELER, representante da Escola Judiciária Eleitoral;
- ELAINE CRISTINA DE JESUS SANTANA DA SILVA MACHADO, representante da Corregedoria Regional Eleitoral;
- MÁRCIA SILVA ALMEIDA SOUSA, representante da Diretoria-Geral;
- ANTONIO MÁRIO SOUZA DE ALMEIDA, representante da Secretaria de Tecnologia da Informação;
- FERNANDA IRACEMA MOURA ARNAUD, representante da Secretaria de Gestão de Pessoas;
- ÂNGELO PIO PASSOS NETO, representante da Secretaria de Administração;
- KARLA MICHELLE DE CARVALHO COSTA, representante das Zonas Eleitorais;
- EXPEDITO AUGUSTO CARDOSO NOBRE FILHO e CLÁUDIA DO SOCORRO MORAES COSTA, representantes dos servidores com deficiência;
- RENATA CLAUDIA MARTINS FERREIRA, representante da Assessoria de Comunicação Institucional;
- RODRIGO AUGUSTO NASCIMENTO MONTERO VALDEZ (membro titular) e CARLOS FÁBIO FERREIRA MONTEIRO (membro substituto), representantes da Ouvidoria Judicial Eleitoral;
- LISIA REGINA FRANCO DIAS (membro titular), representante do Núcleo Socioambiental e de Acessibilidade e Inclusão que atuará como coordenadora e secretária da Comissão e será substituída, em suas ausências, pela servidora KARINY FIDELIX FRANCO (membro substituto).

Introdução

O presente relatório tem como objetivo apresentar os projetos desenvolvidos em 2024 pelo Núcleo Socioambiental de Acessibilidade e Inclusão, unidade responsável pela implementação das ações de responsabilidade da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão - CMA, bem como as ações sociais realizadas pela Escola Judicial Eleitoral e demais unidades do TRE do Pará. A Comissão Multidisciplinar de Acessibilidade e Inclusão iniciou os trabalhos imediatamente após a elaboração do Programa de Acessibilidade da Justiça Eleitoral do Pará 2024, que, por sua vez, deu enfoque na promoção de ações que garantem aos eleitores com deficiência ou mobilidade reduzida o pleno exercício de seus direitos políticos, sem olvidar as metas e indicadores que direcionam a estratégia deste Regional para o alcance da excelência. Em consonância com o Plano de gestão do biênio 2023-2024 norteado a partir da tríade Acolher, Valorizar e Modernizar, o TRE-PA visa se tornar uma instituição mais acessível oferecendo os recursos necessários para o amplo e efetivo exercício da cidadania em consonância com as diretrizes voltadas à acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência nos órgãos do Poder Judiciário, dispostas na Resolução CNJ nº401/2021, primando pela acessibilidade em todas as suas acepções, inclusão das minorias, acolhimento de eleitoras e eleitores.

Desta feita, visando orientar os servidores lotados nos Cartórios Eleitorais, a Escola Judiciária Eleitoral recomendou que além das medidas intrínsecas ao atendimento com urbanidade e cordialidade, que ocorre nesta Justiça especializada, fosse dada atenção especial aos eleitores com deficiências menos conhecidas ou não visíveis, a fim de que esta necessidade de acessibilidade fosse identificada no Sistema Elo para que o eleitor possa exercer plenamente o direito do voto. Orientou-se, também, que fosse dada especial atenção às instalações que compreendem os banheiros reservados às pessoas com deficiência, bem como o acesso a estes. É importante que estes locais estejam sempre disponíveis e em pleno funcionamento, aberto para utilização diária, sem necessidade de intervenções de terceiros para o acesso. A seguir, são listadas, de forma esquematizada, as ações realizadas pela Comissão Multidisciplinar de Acessibilidade e Inclusão do TRE-PA em 2024:

TRE ACESSÍVEL

Objetivo: Identificação das eleitoras e eleitores com deficiência ou mobilidade reduzida e campanhas de conscientização.

O programa TRE Acessível visa aproximar a Justiça Eleitoral dos eleitores com deficiência (PcD) e seus familiares, discutindo a importância da participação política para a ampliação e manutenção de seus direitos. O programa consiste em palestras em instituições públicas e privadas, com debates sobre legislação e direitos políticos, acessibilidade, fake news e a importância da autodeclaração no cadastramento eleitoral. Durante o evento, os participantes podem tirar dúvidas e relatar experiências, auxiliando na sensibilização de servidores e colaboradores da Justiça Eleitoral.

O programa TRE Acessível está contemplado no Plano de Gestão 2023-2024 deste Regional seguindo os três objetivos: Valorizar, Acolher e Modernizar, e aos macros desafios do Conselho Nacional de Justiça, com ações direcionadas para a prestação do serviço com excelência, voltando o olhar desta administração para o social, o relacionamento humano e a modernização dos serviços oferecidos à sociedade.

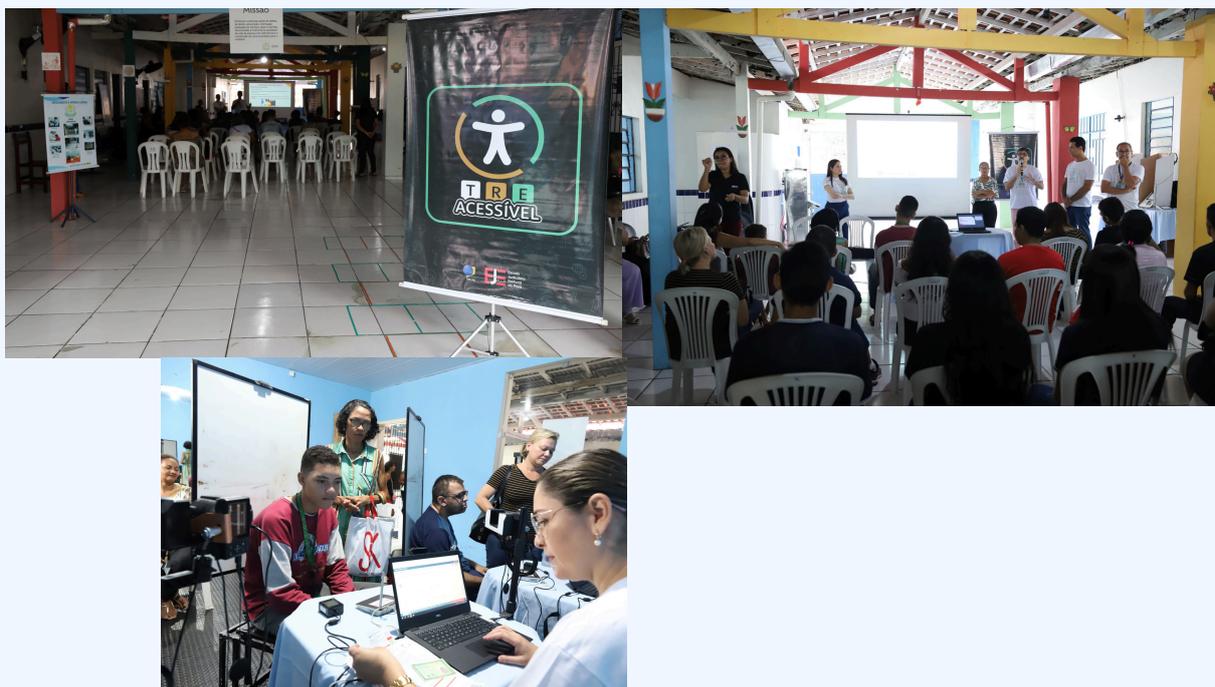
Indicadores (Res. CNJ nº 401/2021): 2.10; 2.11 e 3.4.

Resultado: Em 2024, o Tribunal Regional Eleitoral do Pará, por meio da Escola Judiciária Eleitoral do Pará, levou o programa de cidadania TRE ACESSÍVEL ao município de Castanhal e ao Centro Integrado de Inclusão e Reabilitação (CIIR), em Belém.

O programa esteve no dia 13 de março na sede da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae), no município de Castanhal, a cerca de 65 quilômetros de Belém, e no dia 12 de setembro, no Centro Integrado de Inclusão e Reabilitação (CIIR). O Centro de Reabilitação é referência no Pará na assistência de média e alta complexidade, via Sistema Único de Saúde (SUS), às pessoas com Deficiência (PCDs) visual, física, auditiva e intelectual de todas as faixas etárias.

Em 2024 foram atendidas 564 pessoas.

Desafios enfrentados: Alcançar maior número de municípios durante ano eleitoral.



Calendário de Acessibilidade

Objetivo: As datas comemorativas ligadas à acessibilidade são momentos fundamentais para refletirmos sobre os direitos das pessoas com deficiência e celebrarmos as conquistas alcançadas. Auxiliam a organizar campanhas de conscientização e sensibilização, eventos inclusivos e ações de mobilização.

Elas servem como marcos para a conscientização e a mobilização social, reforçando a importância de continuar lutando por uma sociedade mais inclusiva.

Indicadores (Res. CNJ nº 401/2021): 2.10; 2.11 e 3.4.

Resultado: Divulgação de campanhas de sensibilização nas datas comemorativas mais importantes para a acessibilidade.

Desafios enfrentados: Não houve. A administração apoiou a ação.



Garantia de Acessibilidade Comunicacional

Objetivo: O TRE-PA visa dar autonomia às pessoas com deficiência e, para isso, utiliza os seguintes recursos de acessibilidade nos vídeos do YouTube, nas matérias jornalísticas e nas redes sociais: legendas, intérpretes de Libras e audiodescrição nos vídeos e a descrição das imagens logo abaixo da matéria escrita.

Além disso, a Ouvidoria disponibiliza formas de comunicação alternativas acessíveis: O público com deficiência, ao acessar o formulário eletrônico "Registro de solicitação" (Formulário eletrônico das demandas à Ouvidoria), pode, ao clicar no símbolo de acessibilidade, escolher as formas de atendimento em libras ou em voz, de modo a facilitar o atendimento ao público com deficiência. Além disso, a Ouvidoria disponibiliza atendimento presencial, e também por meio de telefone, e-mail, webchat e whatsapp, permitindo a usuárias e usuários a escolha do canal de contato mais conveniente.

Indicadores (Res. CNJ nº 401/2021) 3. acessibilidade comunicacional.

Resultado: Todos os cursos, palestras, eventos e sessões plenárias ofereceram a tradução simultânea em Libras. Além disso, em 2024 foram produzidos 15 vídeos com recursos de acessibilidade e 482 matérias jornalísticas em formato acessível.

Desafios enfrentados: encontrar uma boa equipe de audiodescrição na cidade de Belém. O contrato foi firmado com uma empresa de Brasília, que executou os serviços conforme as necessidades do TRE do Pará.



Garantia de Acessibilidade Tecnológica

Objetivo: Dar autonomia às pessoas com deficiência visual. Para isso, o TRE-PA utiliza os seguintes recursos de acessibilidade no seu site e de seus links: programa de leitor de tela; sintetizadores de voz; ferramentas de contraste e saturação; Libras; descrição de imagens com IA (por voz e texto); reescrita/simplificação de texto com IA; significado de palavras com IA; máscara de leitura; guia de leitura; cursor grande; espaçamento entre letras e entre linhas; modo dislexia; links e títulos em destaque; programa de ampliação de tela; pausa de animações; modo de leitura; dicionário; navegação por teclado; ajuste de cores e programas associados ao software Google Meet.

Indicadores (Res. CNJ nº 401/2021): 4. acessibilidade tecnológica.

Resultado: Os recursos de acessibilidade tecnológica para uso nos aplicativos de videoconferência estão associados ao software Google Meet, CONTRATO Nº 77 / 2021 (SEI nº 1410270) como legendas em tempo real para usuários com deficiência auditiva, transcrições nas salas de reuniões, integração com leitores de tela para pessoas com deficiência visual, controles de teclado, layouts personalizados e melhorias no contraste e visibilidade. O órgão utiliza o programa ASES (<https://asesweb.governoeletronico.gov.br/>) para avaliar o nível de acessibilidade do site e dos links.

Referência: <https://support.google.com/meet/answer/7313544?hl=pt-BR>

Desafios encontrados: Não houve, pois os recursos do portal são fornecidos pelo TSE.



Criação da Política de Acessibilidade e Inclusão da Pessoa com Deficiência ou Mobilidade Reduzida da Justiça Eleitoral do Pará

O Tribunal Regional Eleitoral do Pará publicou a Política de Acessibilidade e Inclusão da Pessoa com Deficiência ou Mobilidade Reduzida da Justiça Eleitoral do Pará.

Para a elaboração do texto, a CMAI realizou uma consulta pública sobre a Política de Acessibilidade e Inclusão da Pessoa com Deficiência ou com Mobilidade Reduzida do Tribunal. Foram convidados a participar da consulta as entidades que tratam da acessibilidade em nível municipal, estadual e federal, além dos servidores com e sem deficiência do próprio tribunal.

Entre outras atribuições, o documento orienta medidas para promover a inclusão e a acessibilidade de todos os usuários da Justiça Eleitoral como eleitores(as), candidatos(as), servidores(as) e colaboradores(as). A política guiará os projetos de comunicação, informação, engenharia do TRE do Pará, além do atendimento ao público.

Objetivo: Com o lema "Nada sobre nós, sem nós!", o objetivo da consulta pública foi ouvir a comunidade com críticas e sugestões de melhorias para o texto da Política de Acessibilidade e Inclusão.

Indicadores (Res. CNJ nº 401/2021): 2. Acessibilidade em serviços; 3. Acessibilidade comunicacional; 4. Acessibilidade tecnológica; 5. Acessibilidade urbanística e arquitetônica.

Resultado: Publicação da Resolução TRE-PA nº 5.833/2024, em 1º de outubro de 2024, que institui a Política de Acessibilidade e Inclusão da Justiça Eleitoral do Pará. O texto com a Política de Acessibilidade e Inclusão da Pessoa com Deficiência ou com Mobilidade Reduzida do Tribunal Regional Eleitoral do Pará está disponível no site do Tribunal e pode ser acessado com os recursos de acessibilidade por meio da ferramenta Rybená. O conteúdo foi produzido com critérios da Linguagem Simples e com auxílio da Inteligência Artificial (IA).

Desafios encontrados: Poucas pessoas e entidades responderam à consulta pública.



Projeto Centro Cultural Integralizado: Exposição com acessibilidade - "O Alvorecer da Justiça Eleitoral no Pará - 1932 a 1937"

A exposição "Alvorecer da Justiça Eleitoral no Pará - 1932 a 1937" marcou o lançamento do Projeto Centro Cultural Integralizado que prevê a realização de exposições adaptadas com recursos como a audiodescrição e a Libras, que possibilitam a pessoas com deficiência visual ou auditiva acompanhar todo o conteúdo da mostra.

A iniciativa foi pensada para oferecer acessibilidade ao público com deficiência. Nesse sentido, foi disponibilizada audiodescrição das obras para as pessoas com deficiência visual e vídeos com a descrição das obras e painéis em Libras para as pessoas falantes da Língua. Na abertura, estiveram presentes 11 alunos acompanhados de professores da Unidade Educacional Especializada (Uees) José Álvares de Azevedo, que, há mais de 60 anos atua em Belém como referência de ensino e aprendizado para as pessoas cegas e/ ou com baixa visão.

Para acessar os vídeos em Libras e/ou a audiodescrição, basta direcionar o celular para QR Codes localizados ao lado das obras e painéis. O TRE oferece fones de ouvido descartáveis aos visitantes com deficiência. As visitas guiadas são acompanhadas por estagiárias(os) de História lotados no CCJE - Centro Cultural da Justiça Eleitoral, que auxiliam na leitura dos QR Codes e explicam o conteúdo da exposição.

Objetivo: Oferecer acessibilidade ao público com deficiência nas exposições do CCJE.

Indicadores (Res. CNJ nº 401/2021): 2.10; 2.11 e 3.4.

Resultados: Exposição com acessibilidade para pessoas com deficiência visual e auditiva.

Desafios encontrados: A solução de acessibilidade ainda não permite autonomia aos deficientes visuais, sendo necessária a presença de guias/monitores para auxiliar a captura dos QR Codes pelos aparelhos celulares.



Capacitação em Acessibilidade e Inclusão das Pessoas com Deficiência

Objetivo: O Tribunal Eleitoral do Pará (TRE), por meio da Comissão Multidisciplinar de Acessibilidade e Inclusão, vem desenvolvendo ações contínuas de capacitação do corpo funcional. Destacam-se palestras, cursos livres, orientações, campanhas, todos com o intuito exclusivo de garantir a efetiva conscientização acerca da temática acessibilidade. No ano de 2024, priorizou-se a integração de servidores das zonas eleitorais e da sede nas capacitações em acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência.

Indicadores (Res. 401/2021): 2. Acessibilidade em serviços.

Resultado: Com as capacitações em acessibilidade promovidas pelo TRE-PA, foram capacitados 416 servidoras(es), requisitadas(os), colaboradoras(es) terceirizadas(os) e estagiárias(os) e 78 magistrados, sendo que dentre estes, 10 participaram de capacitação de 20 horas oferecida pela EJE do TSE.

Desafios encontrados: Magistrados participarem de capacitação com duração de 20 horas em ano eleitoral.

Foram oferecidos os seguintes cursos nas temáticas de acessibilidade em 2024:

1. Projeto "Simples Assim" - Oficina de Linguagem Simples e Visual Law;
2. Ambientação para Novos Servidores: sensibilização com objetivo de fomentar mudanças atitudinais que favoreçam a ampliação da acessibilidade e inclusão;
3. Palestra "Combate ao Capacitismo";
4. Curso de Libras, nível intermediário;
5. Palestra sobre Linguagem Simples no Circuito de Estudos Eleitorais, realizado nos municípios de Belém, Santarém e Marabá;
6. Curso "Comunicação Descomplicada: Linguagem Simples e IA Generativa: uma abordagem prática";
7. Curso Acessibilidade e Inclusão: Capacitação para a Magistratura Eleitoral.
8. Participação no I Encontro Nacional do Comitê dos Direitos de Pessoas com Deficiência no Âmbito Judicial, do CNJ;
9. Participação no 3º Encontro Nacional de Acessibilidade da Justiça Eleitoral, nos dias 5 e 6 de dezembro de 2024, no Tribunal Superior Eleitoral;
10. LibELO.
11. Curso "Acessibilidade e Inclusão: Capacitação para a Magistratura Eleitoral" - 2ª turma, no 1º semestre de 2025



Capacitação em Acessibilidade e Inclusão das Pessoas com Deficiência

1. Projeto "Simples Assim" - Oficina de Linguagem Simples e Visual Law

O Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE-PA) promoveu a "Oficina de Linguagem Simples e Visual Law" para simplificar sua comunicação, seguindo Recomendação nº 144/2023 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A iniciativa, parte do projeto "Simples Assim", capacitou servidores com técnicas para tornar a linguagem jurídica mais acessível, visando documentos e comunicações mais claros e inclusivos.

A oficina, conduzida nos dias 5 e 6 de março pelos servidores da Justiça Federal, Márcia Diztel e José Fernando Barros, integra o projeto "Simples Assim" e contou com palestras e atividades práticas que abordaram as principais técnicas e ferramentas para simplificação da linguagem jurídica, frequentemente complexa e de difícil compreensão para aqueles que não possuem formação na área.

O juiz José Leonardo Pessoa Valença e a secretária de Planejamento do TRE-PA, Hérika Sodré, enfatizaram a importância da ação para aprimorar a comunicação do tribunal com a sociedade. O TRE-PA reafirmou seu compromisso com a transparência e acessibilidade ao adotar a linguagem simples, buscando facilitar o entendimento e promover a inclusão.

Objetivo: O conteúdo programático foi elaborado com o objetivo de capacitar os servidores do TRE-PA a produzirem documentos e peças comunicacionais mais claros, objetivos e inclusivos.

Indicadores (Res. CNJ nº 401/2021): 2. Acessibilidade em serviços; 3. Acessibilidade comunicacional.

Resultados: Quarenta participantes (39 servidores e 01 magistrado) tiveram a oportunidade de conhecer um pouco mais sobre o histórico da linguagem simples e como ela vem sendo aplicada. Além disso, realizaram dinâmicas relacionadas ao tema.

Desafios encontrados: Conciliar a agenda dos instrutores. O número de interessados foi maior do que as vagas ofertadas.



Capacitação em Acessibilidade e Inclusão das Pessoas com Deficiência

2. Ambientação para Novos Servidores

Objetivo: Posse de novas (os) servidoras(es) no TRE do Pará. Foram empossadas dez pessoas nos cargos de Analista Judiciário e Técnico Judiciário. O Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE do Pará) realizou no dia 09 de janeiro a cerimônia de posse dos candidatos aprovados no concurso público 01/2019, que ocorreu no Plenário Antônio Koury. Ao todo, 10 novas servidoras e servidores foram empossados nos cargos de Analista Judiciário e Técnico Judiciário - Área Judiciária e Administrativa.

Em seguida, as(os) novas(os) servidoras(es) foram encaminhados pela Coordenadora da Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento (Codes) para a ambientação na sede do TRE do Pará, que ocorreu durante três dias. Durante esse período, foram abordados, por facilitadores do Tribunal, diversos temas como: "Auxílios, Benefícios e Plano de Saúde", "Saúde e Acessibilidade", "Direitos, Deveres e Previdência Social" e "Apresentação do Plano Estratégico do Tribunal", entre outros.

Indicador (Res. CNJ nº 401/2021): 2.10. Quantidade de ações de sensibilização com objetivo de fomentar mudanças atitudinais que favoreçam a ampliação da acessibilidade e inclusão.

Resultado: Durante a ambientação em Saúde e Acessibilidade, os dez empossados passaram por oficina de sensibilização, onde puderam vivenciar as diversas realidades de pessoas com deficiência, suas dificuldades e obstáculos a serem transpostos.

Desafios encontrados: Não houve.



Capacitação em Acessibilidade e Inclusão das Pessoas com Deficiência

3. Palestra "Combate ao Capacitismo"

Objetivo: Sensibilizar e capacitar os atendentes da Justiça Eleitoral para compreender as consequências danosas das atitudes e do uso de linguagem capacitista no ambiente de trabalho. Discutir e orientar sobre a inclusão da pessoa com deficiência e o combate ao capacitismo, principalmente em ano eleitoral, quando há maior procura de atendimento pelo eleitorado. A palestra, ministrada por Valéria Cristina Gomes Ribeiro, Assessora para Inclusão e Acessibilidade da Secretaria da Presidência do TCU, ocorreu de forma virtual no dia 29 de abril de 2024 e trouxe em seu conteúdo os seguintes tópicos:

- Conceito de capacitismo;
- Tipos de capacitismo;
- Linguagem e atitudes capacitistas no ambiente organizacional; e
- Modos de combater o capacitismo.

Indicadores (Res. CNJ nº 401/2021): 2.2; 2.7; 2.10; 3.4.

Resultado: Das 300 vagas oferecidas, houve 96 inscrições e 73 concluintes (6 com deficiência), dentre servidoras(es), estagiárias(os) e terceirizadas(os).

Desafios encontrados: Coincidência de data com outros eventos, sendo necessário remarcação.



RELATÓRIO DE ACESSIBILIDADE

Capacitação em Acessibilidade e Inclusão das Pessoas com Deficiência

4. Curso de Libras - nível intermediário

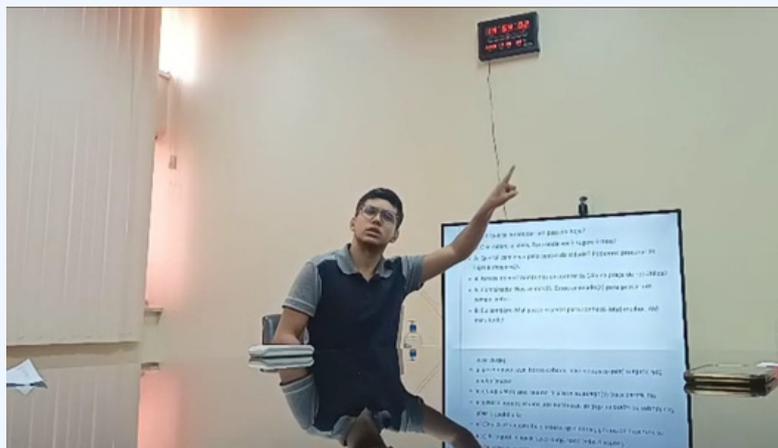
Em continuação ao curso iniciado em 2023, o professor Lucian R. Aguiar, pessoa surda, ministrou o nível intermediário de Libras presencialmente na sede do TRE do Pará.

Objetivo: O objetivo desta segunda etapa foi a ampliação do vocabulário em Libras; estudo de estruturas gramaticais mais complexas; conversações sobre tópicos cotidianos e especializados; estudo de sinais técnicos em áreas específicas (por exemplo, atendimento ao eleitor); aprofundamento na expressão facial e corporal; e prática de interpretação em situações reais. Houve revisão sobre os seguintes conhecimentos do nível básico: os aspectos linguísticos e gramaticais; os parâmetros de configuração de mãos, ponto de articulação; movimento e orientação; expressão facial e corporal; classificadores na Libras; tipos de frases (afirmativa, negativa, exclamativa e interrogativa); verbos; e Lei 10.436/02.

Indicadores (Res. CNJ nº 401/2021): 2.4; 2.5.

Resultado: Concluíram o nível intermediário uma servidora, um servidor com deficiência auditiva e três colaboradoras terceirizadas.

Desafios encontrados: As aulas foram ministradas após o horário do expediente, mas por várias vezes alguns alunos não puderam participar por causa da demanda laboral.



Capacitação em Acessibilidade e Inclusão das Pessoas com Deficiência

5. Palestra sobre Linguagem Simples no Circuito de Estudos Eleitorais, realizado nos municípios de Belém, Santarém e Marabá.

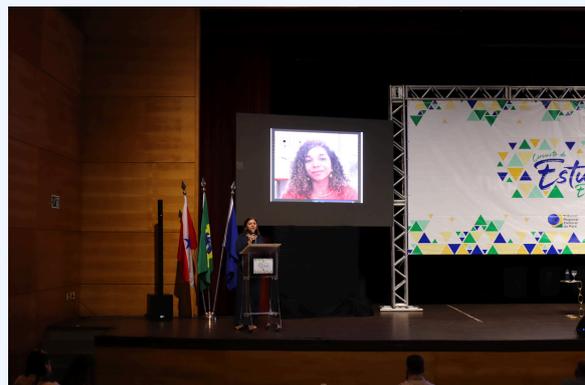
O Projeto "Circuito de Estudos Eleitorais" teve como objetivo, entre outros, atualizar as(os) juízas(es) eleitorais, chefes de cartórios e servidoras(es) da Justiça Eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral do Pará sobre as normas que nortearam as Eleições de 2024. Constou da programação a palestra "Linguagem Simples", ministrada pela Secretária de Planejamento Hérika Sodré e pelo chefe da Seção de Processamento (Seproc), Edson Vitorio Gomes. O Circuito aconteceu nos municípios de Marabá (13 a 16 de maio), Santarém (27 a 30 de maio) e Belém (8 a 10 de julho) e contemplou todas as 101 zonas eleitorais paraenses.

Objetivo: A palestra "Linguagem Simples", com 2 horas de duração, teve como objetivo suprir a necessidade de se trabalhar cada vez mais com uma comunicação simples, objetiva e inclusiva e capacitar para a escrita focada no público-alvo, visando a real compreensão daquilo que se quer dizer.

Indicadores (Res. CNJ nº 401/2021): 2. Acessibilidade em serviços; 3. Acessibilidade comunicacional.

Resultado: Participaram 319 pessoas: 77 magistradas(os) eleitorais e 242 servidoras(es), requisitadas(os), colaboradoras(es) terceirizadas(os) e estagiárias(os), sendo 101 chefes de cartório.

Desafios encontrados: Não houve, as palestras abrangeram todo o estado com participação das(os) servidoras(es) e magistradas(os) de todas as zonas eleitorais.



Capacitação em Acessibilidade e Inclusão das Pessoas com Deficiência

6. Curso "Comunicação Descomplicada: Linguagem Simples e IA Generativa: uma abordagem prática"

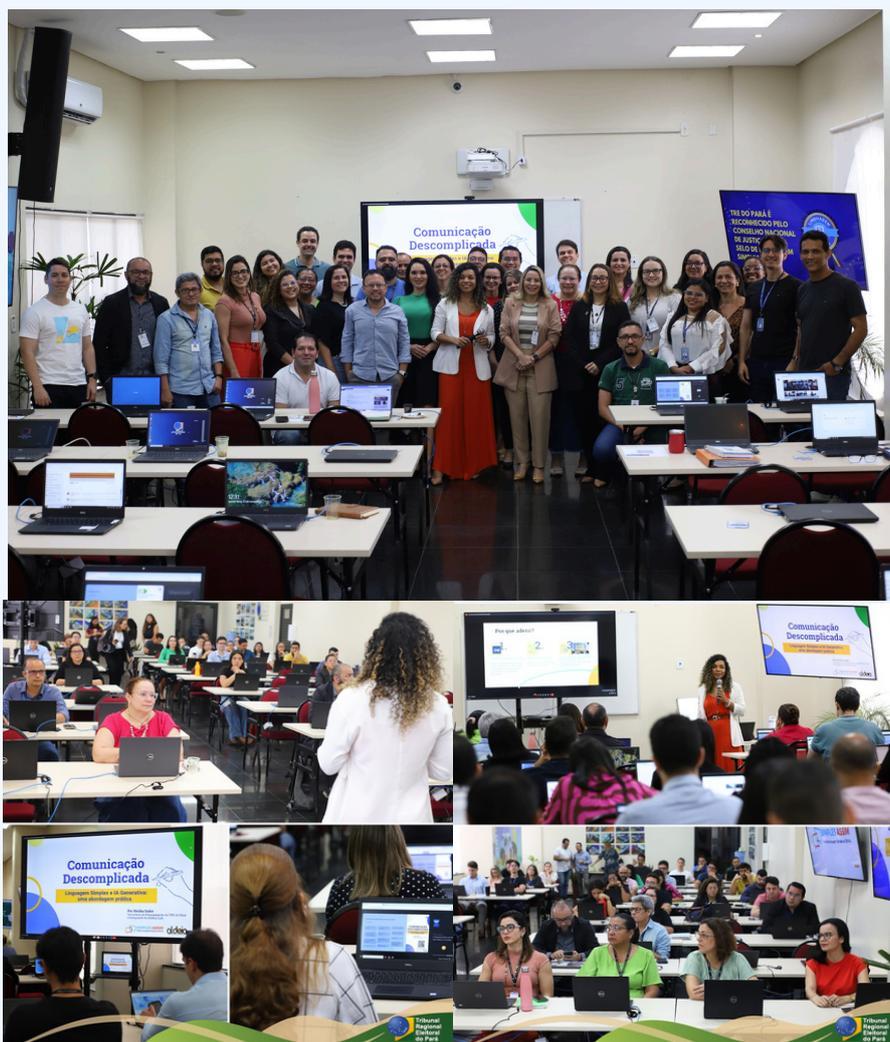
Oficina orienta sobre o uso de linguagem simples no âmbito da Justiça Eleitoral. Para efetivar a Recomendação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) nº 144/2023 e um dos requisitos do Prêmio CNJ de Qualidade 2024, o TRE do Pará promoveu o curso "Comunicação Descomplicada: Linguagem Simples e IA Generativa: uma abordagem prática", nos dias 21, 22 e 23 de novembro, na sede do Regional, ministrada pela secretária de Planejamento do TRE do Pará, Hérika Sodré.

Objetivo: A adoção de uma linguagem direta e compreensível, que possa tornar a comunicação geral do Judiciário mais acessível à população contribuindo, dessa forma, para o aprimoramento da democracia.

Indicadores (Res. CNJ nº 401/2021): 2. Acessibilidade em serviços; 3. Acessibilidade comunicacional.

Resultado: Participaram 40 servidoras(es), estagiárias(os) e requisitadas(os). Também participaram servidores de outros órgãos como o Tribunal de Justiça do Estado (TJPA), o Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (TRT8), a Escola de Governança do Governo Estadual e a Secretaria da Fazenda (Sefa).

Desafios encontrados: Adequar a IA à realidade do tribunal. Ao final, a adequação foi exitosa.



Capacitação em Acessibilidade e Inclusão das Pessoas com Deficiência

7. Curso Acessibilidade e Inclusão: Capacitação para a Magistratura Eleitoral.

A Escola Judiciária Eleitoral do Tribunal Superior Eleitoral (EJE/TSE) em parceria com a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), ofereceu um curso de formação continuada de magistradas e magistrados da Justiça Eleitoral em atendimento às diretrizes de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência estabelecidas pela Resolução nº 401/2021 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ e pelas resoluções do Tribunal Superior Eleitoral – TSE, cujo conteúdo programático foi elaborado de modo colaborativo com as Escolas Judiciárias Eleitorais e com as unidades de acessibilidade de toda a Justiça Eleitoral, buscando integrar os diversos saberes e práticas para promover a inclusão de maneira efetiva.

Curso exclusivo para magistratura - Turma 1 em 2024 e Turma 2 em 2025

Curso oficial de aperfeiçoamento para promoção na carreira (Resolução ENFAM nº 2/2016).

Objetivo: aplicar diretrizes de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida, reconhecendo barreiras que afetem diretamente a sua participação na vida pública e política, com estímulo à reflexão e à discussão sobre práticas discriminatórias; e lidar, com segurança, com situações concretas que envolvam direitos desse coletivo e hipóteses de violação de normas de acessibilidade tanto no processo eleitoral quanto no âmbito institucional.

Indicadores (Res. CNJ nº 401/2021): 2. Acessibilidade em serviços; 3. Acessibilidade comunicacional.

TURMA 1 - Segundo semestre de 2024:

Resultado: Carga horária total: 25 horas/aula.

Número de participantes do TRE do Pará: 10 magistrados.

Desafios encontrados: A participação de magistrados em curso de 25 horas durante ano eleitoral.

TURMA 2 - Primeiro semestre de 2025:

Resultado: Carga horária total: 20 horas/aula.

Número de participantes do TRE do Pará: 13 magistrados.

Desafios encontrados: Não houve. Percebeu-se maior adesão. Alguns magistrados recorreram aos membros da CMAI - Comissão Multidisciplinar de Acessibilidade e Inclusão para dirimir dúvidas sobre o conteúdo do curso, o que gerou maior diálogo entre os servidores e os magistrados.



Acessibilidade e Inclusão

Capacitação para a Magistratura Eleitoral



Capacitação em Acessibilidade e Inclusão das Pessoas com Deficiência

8. Participação no I Encontro Nacional do Comitê dos Direitos de Pessoas com Deficiência no Âmbito Judicial, do CNJ.

A chefe do Núcleo Socioambiental e de Acessibilidade e Inclusão, Lísia Regina Franco Dias, participou do I Encontro Nacional do Comitê dos Direitos de Pessoas com Deficiência no Âmbito Judicial, nos dias 18 a 20 de setembro de 2024, uma iniciativa promovida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Em sua primeira edição, o evento abordou o tema "Pessoas com Deficiência no Poder Judiciário". O encontro reuniu especialistas, autoridades, profissionais do direito e defensores dos direitos das pessoas com deficiência para debater temas fundamentais, como acessibilidade nos tribunais, adaptações de processos judiciais e políticas públicas inclusivas. A troca de experiências visa aprimorar a prestação de serviços judiciais e garantir a efetivação dos direitos dessas pessoas, conforme preceituado pela legislação brasileira e tratados internacionais.

Pilares do Encontro:

- Inclusão e Acessibilidade: Promover um sistema de justiça acessível e inclusivo, garantindo que todas as pessoas, independentemente de suas condições, tenham seus direitos assegurados.
- Capacitação e Sensibilização: Disseminar conhecimento e formar profissionais da área jurídica para lidar com as especificidades e desafios enfrentados por pessoas com deficiência.
- Avaliação unificada da deficiência: Debater sobre a situação atual do processo de implementação da avaliação biopsicossocial pelo Poder Executivo e os desafios para a implementação do sistema de avaliação biopsicossocial no Poder Judiciário.
- Troca de Experiências: Compartilhar boas práticas e experiências exitosas implementadas no Brasil e no exterior.

Objetivo: fortalecer o diálogo, promover boas práticas e criar diretrizes que assegurem a inclusão e acessibilidade no sistema judicial brasileiro.

Indicadores (Res. CNJ nº 401/2021): 2. Acessibilidade em serviços; 3. Acessibilidade comunicacional; 4. Acessibilidade tecnológica; 5. Acessibilidade urbanística e arquitetônica.

Desafios encontrados: Não houve. A administração apoiou a participação no evento.



Capacitação em Acessibilidade e Inclusão das Pessoas com Deficiência

9. Participação no 3º Encontro Nacional de Acessibilidade da Justiça Eleitoral, no Tribunal Superior Eleitoral.

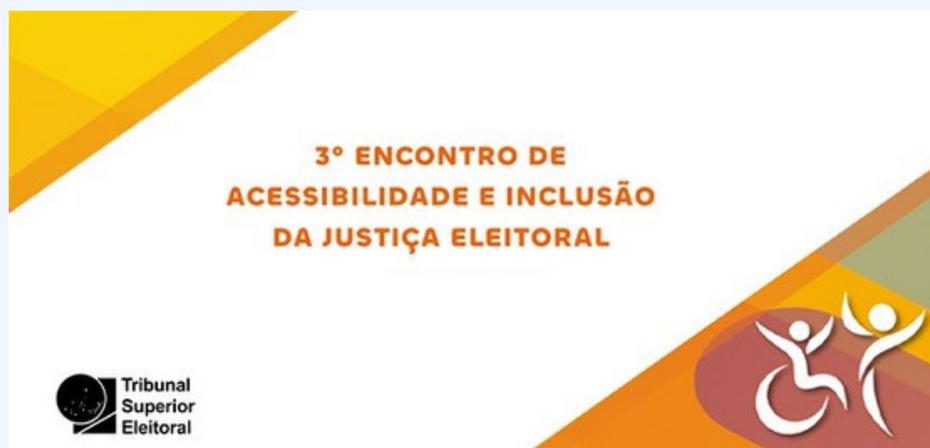
A chefe do Núcleo Socioambiental e de Acessibilidade e Inclusão, Lísia Regina Franco Dias, participou do 3º Encontro de Acessibilidade e Inclusão da Justiça Eleitoral, promovido pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) nos dias 5 e 6 de dezembro. O evento ocorreu em referência ao Dia Internacional das Pessoas com Deficiência, 3 de dezembro. A mesa de abertura contou com a presença da presidente do TSE, ministra Cármen Lúcia. As atividades ocorreram no Espaço Ministro Sepúlveda Pertence, no subsolo do edifício-sede do Tribunal. No dia 5 de dezembro houve a apresentação dos resultados parciais do Grupo de Trabalho "Central de Libras", coordenado pelo TRE-MG, iniciado no 2º Encontro de Acessibilidade e Inclusão da Justiça Eleitoral, realizado em 2023, GT do qual o TRE do Pará participa. Neste 3º Encontro, foi criado o Grupo de Trabalho 5 - Acessibilidade nas Eleições - fomento à participação da pessoa com deficiência, que possui integrantes dos TREs do Pará, Piauí e Paraná. O referido GT5 prossegue com o trabalho de estudos para fomentar a participação da pessoa com deficiência das eleições e os resultados serão apresentados no 4º Encontro Nacional de Acessibilidade, a ocorrer em 2025.

A programação do dia 6 de dezembro incluiu a palestra "Acessibilidade e Transformação Digital: Guia de Boas Práticas para a Acessibilidade Digital", com o representante do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos Eleidimar Odilia Isaque da Silva; a palestra "Lições Aprendidas nas Eleições 2024: a Missão de Observação Eleitoral da UERJ com Foco na Acessibilidade nos Locais de Votação", pelo professor Raphael Vasconcelos, coordenador da Missão de Observação Eleitoral credenciada pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Em seguida, a mesa "Arte, Esporte e Cidadania", que contou com a participação do bicampeão paralímpico e presidente do Comitê Paralímpico Brasileiro, Mizael Conrado, da produtora cultural e escritora Lurdinha Danezy Piantino e do artista plástico e ator com síndrome de Down Lucio Piantino. No final do encontro, houve uma ação educacional e de sensibilização com a participação do grupo de dança Street Cadeirante.

Objetivo: fortalecer o diálogo, promover boas práticas e criar diretrizes que assegurem a inclusão e acessibilidade no sistema judicial brasileiro.

Indicadores (Res. CNJ nº 401/2021): 2. Acessibilidade em serviços; 3. Acessibilidade comunicacional; 4. Acessibilidade tecnológica; 5. Acessibilidade urbanística e arquitetônica.

Desafios encontrados: Não houve. A administração apoiou a participação no evento.



3º Encontro Nacional de Acessibilidade da Justiça Eleitoral - TSE



Capacitação em Acessibilidade e Inclusão das Pessoas com Deficiência

10. LibrELO

Objetivo: Criação do LibrELO, um curso de libras que visa atender às necessidades específicas do público da Justiça Eleitoral. O objetivo do curso é garantir que pessoas surdas ou com deficiência auditiva sejam atendidas e tratadas adequadamente, em conformidade com a Lei nº 10.436/2002. Essa lei reconhece a Língua Brasileira de Sinais - Libras como língua oficial das Comunidades Surdas Brasileiras e exige que o poder público incentive e apoie o uso e a disseminação da língua. A iniciativa também está alinhada com a Resolução nº 401/2021 do Conselho Nacional de Justiça, que estabelece a oferta de atendimento ao público em Libras como uma das medidas para promover a acessibilidade no Poder Judiciário.

Como o aprendizado de uma segunda língua requer estudo e prática contínuas, optou-se por instrumentalizar os servidores da Justiça Eleitoral para a comunicação em Libras especificamente voltado para o atendimento pelo Sistema ELO, de forma contextualizada, a fim de auxiliar o atendente na aquisição de vocabulário básico para utilizá-lo, adequadamente, na interação comunicativa com pessoas surdas. O LibrELO não é um curso completo da Língua Brasileira de Sinais - Libras, mas é um curso contextualizado que ensina aos atendentes perguntas específicas da rotina de utilização do ELO, cujas respostas pelo surdo sejam SIM ou NÃO, ou escritas.

Indicadores (Res. 401/2021): 2.1; 2.2; 2.3; 2.4; 2.5; 2.6 e 2.12.

Resultado: Curso disponibilizado na plataforma Moodle do TRE-PA.

Desafios encontrados: A criação do curso na plataforma Moodle se mostrou complexa. A professora adoeceu durante a gravação das aulas, atrasando o lançamento do curso.



LIBRELO Índice

- Aula 1 - Introdução ao curso LibrELO.
- Aula 2 - Introdução à Língua Brasileira de Sinais - Libras.
- Aula 3 - Aspectos gramaticais da Libras.
- Aula 4 - Orientações para o atendimento ao público surdo.
- Aula 5 - Alfabeto manual.
- Aula 6 - Numerais em Libras.
- Aula 7 - Oi. Informo que não sou fluente em Libras. Então, farei apenas o básico das perguntas necessárias para o cadastro, ok?
- Aula 8 - Oi, preciso do seu RG.
- Aula 9 - Oi, preciso do seu CPF.
- Aula 10 - Oi, preciso do seu Título de Eleitor.
- Aula 12 - Você é casado(a)?
- Aula 13 - Você é viúvo(a)?
- Aula 14 - Você é divorciado(a)?
- Aula 15 - Você é solteiro(a)?
- Aula 16 - Você tem filhos?
- Aula 17 - Você tem irmão gêmeo?
- Aula 18 - Você é canhoto(a)?
- Aula 19 - Você é destro(a)?
- Aula 20 - Você possui vínculo empregatício?
- Aula 21 - Você concluiu o Ensino Fundamental?
- Aula 22 - Você concluiu o Ensino Médio?
- Aula 23 - Você tem Ensino Superior Completo?
- Aula 24 - Você é pessoa com deficiência?
- Aula 25 - Você quer alterar os seus dados pessoais?
- Aula 26 - Você quer tirar a 2ª via do seu Título de Eleitor?
- Aula 27 - Saudações e despedidas.
- Aula 28 - Sinais do Contexto Jurídico.
- Aula 29 - Você quer alterar o seu local de votação?
- Aula 30 - Você tem o aplicativo e-título?
- Aula 31 - Você aceita receber mensagens da Justiça Eleitoral no seu celular?
- Aula 32 - Você aceita receber e-mail da Justiça Eleitoral?
- Aula 33 - Escreva nesse papel o seu e-mail.
- Aula 34 - Escreva nesse papel o número do seu telefone.
- Aula 35 - Escreva nesse papel a sua idade.
- Aula 36 - Escreva nesse papel quantos filhos você tem.
- Aula 37 - Você tomou as vacinas da COVID-19?
- Aula 38 - Quantas pessoas moram na sua residência?
- Aula 39 - Dias da semana.

LIBRELO Índice

- Aula 40 - Meses do ano.
- Aula 41 - Escreva nesse papel o seu local de votação.
- Aula 42 - Bom dia, em que posso ajudar?
- Aula 43 - Boa tarde, aguarde um momento.
- Aula 44 - Vou colocar suas informações no site.
- Aula 45 - Objetos.
- Aula 46 - Oi, tudo bem?
- Aula 47 - Qual o seu nome?
- Aula 48 - Desculpa, não entendi.
- Aula 49 - Por favor, repete o seu nome.
- Aula 50 - Entendi, obrigado!
- Aula 51 - Escreva nesse papel a sua data de nascimento.
- Aula 52 - Qual a sua idade?
- Aula 53 - Escreva nesse papel o nome da sua mãe.
- Aula 54 - Há algo mais em que eu possa ajudar?
- Aula 55 - Você pode acessar o site do TRE para outras informações.
- Aula 56 - Sinais do contexto familiar.
- Aula 57 - Quem mora junto com você?
- Aula 58 - Você é pessoa trans?
- Aula 59 - Você nasceu em qual município?
- Aula 60 - Em qual estado você nasceu?
- Aula 61 - Você vota em qual município do Pará?
- Aula 62 - Estou com problemas no sistema. Por favor, aguarde.
- Aula 63 - Pronto, finalizei o seu cadastro.
- Aula 64 - Há algo mais que eu possa ajudar?
- Aula 65 - O TRE agradece a sua presença.
- Aula 66 - Precisando, entre em contato conosco.

Dados complementares:

- Aula 67 - Caso a pessoa seja trans, solicitar para escrever o nome social.
- Aula 68 - Qual raça ou cor você se define? Branco, negro, pardo, indígena ou amarelo?
- Aula 69 - (Raça indígena) Escreva qual a etnia, povo ou grupo indígena.
- Aula 70 - Sua etnia não está na lista. Escreva sua etnia, por favor.
- Aula 71 - Fala alguma língua indígena? Qual? Escreva, por favor.
- Aula 72 - Você é quilombola?
- Aula 73 - Escreva nesse papel o nome do seu pai.

AÇÕES RELATIVAS ÀS ELEIÇÕES 2024

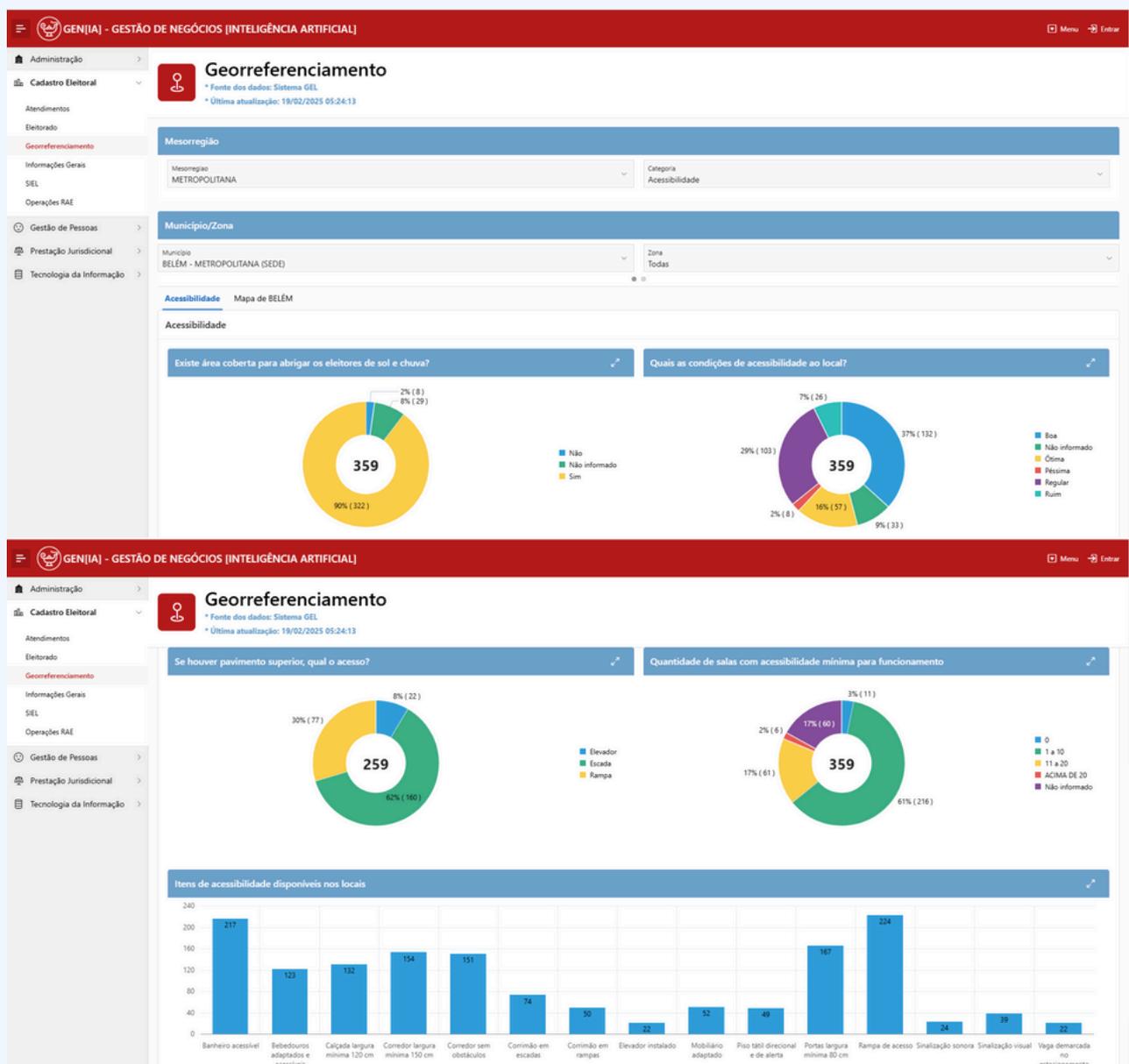
1. Vitorias aos Locais de Votação

Objetivo: As vistorias realizadas nos locais de votação têm como objetivo identificar se os espaços possuem condições adequadas de acessibilidade. Com base nos dados coletados, será atribuída a condição de especial às seções que cumprirem os pré-requisitos. Os dados são inseridos no Sistema GEL (georreferenciamento) para oferecer às Zonas Eleitorais informações que embasam o pedido às entidades públicas e privadas de adoção de medidas para eliminar as barreiras de acessibilidade identificadas nos prédios que serão utilizados como locais de votação.

Indicadores (Res. 401/2021): 5 - acessibilidade urbanística e arquitetônica.

Resultado: Realizadas as vistorias em todos os locais de votação com coleta de dados sobre acessibilidade nos locais de votação. Os dados estão inseridos no Sistema GEL e disponíveis para consulta no Gen[IA] - Gestão de Negócios [Inteligência Artificial].

Desafios encontrados: Demora em obter todos os dados, pois a base de dados é muito grande. Muitas vistorias foram realizadas pelos próprios gestores dos locais de votação devido à extensão territorial do Pará.



AÇÕES RELATIVAS ÀS ELEIÇÕES 2024

2. Série de vídeos "Dicas de Inclusão"

O Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE do Pará), por meio da Comissão Multidisciplinar de Acessibilidade e Inclusão, lançou uma série de quatro vídeos intitulada "Dicas de Inclusão". Os vídeos abordam temas como a inclusão de pessoas com deficiência (PcD) motora, auditiva, visual e intelectual, além de orientar sobre as barreiras que precisam ser derrubadas para assegurar que todos possam exercer sua cidadania sem impedimentos. Por que é importante falar de inclusão e acessibilidade?

A inclusão é um direito de todos e garantir que as eleitoras e os eleitores com deficiência tenham uma experiência segura e respeitosa no dia da eleição é fundamental. Por isso, o TRE do Pará está comprometido em fazer com que todos possam votar com autonomia e dignidade.

Indicadores (Res. 401/2021): 2.10; 2.11 e 3.4.

Objetivo: conscientizar o eleitorado, as colaboradoras e os colaboradores sobre a importância de garantir acessibilidade plena durante as Eleições 2024 e os vídeos estão publicados no canal oficial do TRE do Pará, no YouTube.

Resultado: Para assistir a série de vídeos, acesse a playlist no link:

<https://www.youtube.com/watch?v=HzKQANz9sLY&list=PLMcLcQIXM2Xo47T6WbxL-ML8b6rkx2syZ>

Desafios encontrados: Não houve. A empresa contratada para a realização do serviço cumpriu os prazos e entregou vídeos sobre acessibilidade gravados por e para pessoas com deficiência.



AÇÕES RELATIVAS ÀS ELEIÇÕES 2024

3. Central de Intermediação em Libras

Para auxiliar nos atendimentos aos eleitores surdos e com deficiência auditiva, a CMAI disponibilizou a Central de Intermediação em Libras durante o fechamento do cadastro eleitoral e nos dias das eleições.

Nos dias 5, 6 e 7 de maio e nos dias 6 e 27 outubro, cinco intérpretes de Libras estiveram à disposição dos atendentes da Justiça Eleitoral para esclarecer dúvidas e prestar informações. Dividiu-se o trabalho em dois turnos: 8h às 12h30 e 12h30 às 17h, com dois intérpretes atuando em cada turno. A Central funcionou por meio de chamada de vídeo via aplicativo Whatsapp para os telefones (91) 98585-4741, 98585-1757 e 98585-5983.

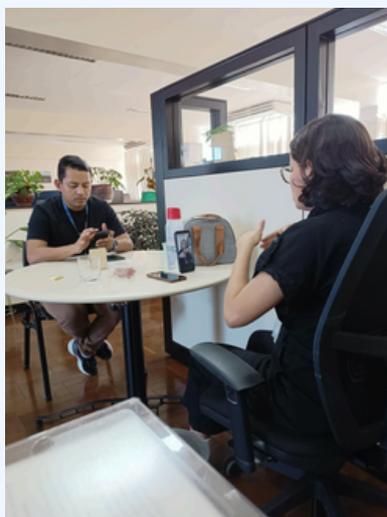
Objetivo: auxiliar o eleitorado surdo nas dúvidas relativas ao cadastro eleitoral e aos serviços eleitorais no fechamento de cadastro e, no dia das eleições, orientar e dirimir quaisquer dúvidas do eleitorado surdo alfabetizado na Língua Brasileira de Sinais - Libras.

Indicadores (Res. 401/2021): 2.11 e 3.

Resultado: A Central de Intermediação em Libras atendeu ligações em vídeos de eleitores surdos e intermediou as ações de mesários que telefonaram para a Central no dia das eleições.

Desafios encontrados: Em algumas ligações por vídeo, a rede de internet da pessoa que telefonou não estava estável, o que dificultou a comunicação.

Conheça melhor a atividade no link: <https://www.youtube.com/watch?v=Jhs65tvTJls>



AÇÕES RELATIVAS ÀS ELEIÇÕES 2024

4. Sala Calma

O Posto de Atendimento do TRE do Pará, na travessa São Francisco, contou com "Sala Calma" para pessoas com deficiências ocultas durante o atendimento ao público no fechamento de cadastro.

A criação da sala foi uma iniciativa do servidor requisitado Felix Passos, da 29ª Zona Eleitoral, zona a qual o Posto de Atendimento da São Francisco esteve sob responsabilidade. A sala, identificada de acordo com a Lei nº 14.624/2023 que institui o símbolo de girassóis para a identificação de pessoas com deficiências ocultas, reduz os estímulos visuais e auditivos, para que não seja ativado qualquer gatilho ou distúrbio. Além disso, ela foi usada como prioridade para pessoas com deficiência e idosos.

Indicadores (Res. 401/2021): 5. acessibilidade urbanística e arquitetônica.

Objetivo: acessibilidade às pessoas com deficiências ocultas.

Resultado: acessibilidade garantida às pessoas com deficiências ocultas.

Desafios encontrados: A sala calma funcionou em apenas um posto de atendimento. Em 2025 será ampliada a abrangência do projeto.



AÇÕES RELATIVAS ÀS ELEIÇÕES 2024

5. Dia de atendimento exclusivo para pessoas com deficiência

No dia 27 de abril de 2024 o TRE do Pará promoveu um dia de atendimento exclusivo para pessoas com deficiência, em Belém, das 8h às 14h, no Núcleo de Atendimento ao Eleitor (NAE), localizado na Travessa Pirajá, s/n, no bairro da Pedreira. A ação contou com o apoio da Apae, APPD e Projeto TEA: Inclusão, desenvolvimento e autismo na Amazônia. Foram convocados os intérpretes de Libras credenciados pelo TRE do Pará.

Objetivo: Esta ação visou incentivar a participação desse público no processo eleitoral, garantindo o pleno exercício da cidadania. Foi a oportunidade de regularizar a situação cadastral e fazer as alterações necessárias no título de eleitor.

Indicadores (Res. 401/2021): 2.11 e 5.

Resultado: Acessibilidade garantida.

Desafios encontrados: Maior divulgação nos bairros e comunidades. Dificuldade de deslocamento das pessoas com deficiência para o Núcleo de Atendimento ao Eleitor (NAE).



AÇÕES RELATIVAS ÀS ELEIÇÕES 2024

6. Coordenadores de Acessibilidade

A CMAI produziu material para capacitação dos coordenadores de acessibilidade para as eleições 2024. Tal função é designada para uma das pessoas nomeadas para prestar apoio logístico no local de votação, com incumbência de verificar se as condições de acessibilidade estão adequadas, adotar as medidas possíveis para aperfeiçoá-las e, no dia da eleição, orientar e atender as pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Objetivo: Capacitar os coordenadores de acessibilidade.

Indicadores (Res. 401/2021): 2.11.

Resultado: Acessibilidade garantida.

Desafios encontrados: Impressão e distribuição das cartilhas para todos os coordenadores de acessibilidade do estado.

COORDENADORAS(ES) DE ACESSIBILIDADE

Res. TSE nº 23.736/2024
Res. TRE-PA nº 5.819/2024

É obrigatório?
Sim. A convocação de no mínimo 5 coordenadoras(es) de acessibilidade é obrigatória em cada zona eleitoral.

Todo local de votação precisa ter coordenador(a) de acessibilidade?
Não. A necessidade deve ser avaliada conforme as características de cada local.

Quantos devo convocar?
No mínimo 5 e no máximo 50. O cálculo está detalhado no § 2º do art. 16 da Res. 5.819/2024 e na [Planilha da CQLOG](#).

Onde devem atuar?
Nos maiores colégios eleitorais, nos locais de votação com maior número de eleitoras(es) com deficiência, ou conforme a necessidade.

Qual sua função?
Verificar se as condições de acessibilidade estão adequadas, adotar as medidas possíveis para aperfeiçoá-las e, no dia da eleição, orientar e atender as pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Para saber mais, clique:

[Guia Rápido Coordenadores de Acessibilidade](#)

GUIA RÁPIDO COORDENADORES DE ACESSIBILIDADE

O(a) Coordenador(a) de Acessibilidade Preparamos um guia rápido com as principais informações para o seu trabalho nas eleições. Sua atuação na véspera e no dia da eleição é muito importante!

Conheça suas funções:

- Ajudar as pessoas com deficiência ou dificuldade de locomoção a chegar à seção eleitoral e votar com mais conforto.
- Fornecer informações sobre os recursos de acessibilidade da urna eletrônica e garantir que os eleitores possam ser acompanhados por alguém de sua confiança, se necessário.
- Em parceria com a zona eleitoral, verificar se as condições de acessibilidade estão adequadas e adotar as medidas possíveis, garantindo o direito ao voto.

VÉSPERA DAS ELEIÇÕES

- Verificar no cartório eleitoral a relação de Pessoas com Deficiência-PCD e a seção onde votam.
- Assegurar que essas seções eleitorais funcionem, de preferência, no andar térreo ou em lugar de fácil acesso, com rampas ou elevadores.
- Checkar o funcionamento dos elevadores.
- Evitar que as seções eleitorais funcionem em salas com barreiras, como batentes e portas estreitas.
- Nunca isolar a urna em locais elevados, como palcos ou batesões, que dificultem o acesso.
- Posicionar a cabine de votação em uma distância adequada da parede, permitindo que cadeirantes se posicionem corretamente diante da urna, preservando o sigilo do voto.
- Isolar os fios da urna eletrônica para evitar acidentes.
- Verificar todo o caminho que a (o) eleitor(a) com deficiência vai percorrer até a seção eleitoral, e reduzir ao máximo as barreiras físicas.

BENEFÍCIOS:
Quem atua nessa função tem direito ao auxílio-alimentação e a dois dias de folga para cada dia trabalhado, assim como as mesárias e os mesários.

GUIA RÁPIDO PARA COORDENADORES DE ACESSIBILIDADE

ELEITORIA COM DEFICIÊNCIA VISUAL

- Pode entrar nos locais de votação e seções eleitorais acompanhado de cão-guia;
- Se quiser, pode receber o auxílio por pessoa de sua confiança no momento do voto;
- É assegurada a utilização do alfabeto comum, do sistema braille ou outro instrumento disponível para assinar o Caderno de Votação ou assinalar as cédulas, se for o caso;
- A urna eletrônica possui sistema de áudio. O mesário deve entregar o fone de ouvido descartável fornecido pela Justiça Eleitoral.
- Os mesários deverão informá-lo sobre o teclado em braille, a marca de identificação da tecla número cinco (igual aos aparelhos telefônicos) e do sistema de áudio da urna.

ELEITOR(A) COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA

Eleitor(a) com deficiência auditiva: O TRE do Pará disponibilizará no dia da eleição a Central de Intermediação em Libras. Basta realizar uma chamada de vídeo pelo aplicativo WhatsApp para tirar dúvidas ou prestar esclarecimentos. Os números de telefone estão escritos no final deste Guia.

TÊM PREFERÊNCIA PARA VOTAR:

- Eleitores com mais de 80 anos (preferência absoluta)
- Eleitores com mais de 60 anos;
- Enfermos;
- Pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;
- Grávidas, lactantes e pessoas com criança de colo;
- Obesos;
- Candidatos, juizes eleitorais e seus auxiliares, servidores da justiça eleitoral, promotores eleitorais e policiais militares em serviço.

Situações específicas podem ser negociadas de forma educada e cordial entre os presentes. O direito de atendimento preferencial se estende ao acompanhante do eleitor, conforme Lei nº 14.364/2022.

TELEFONES ÚTEIS:

CENTRAL DE INTERMEDIÇÃO EM LIBRAS
(91) 98585-4741
(91) 98585-1757
(91) 98585-5983

NÚCLEO SOCIOAMBIENTAL DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO
(91) 3346-8992
(91) 3346-8993
(91) 3346-8998

GUIA RÁPIDO PARA COORDENADORES DE ACESSIBILIDADE

NO DIA DAS ELEIÇÕES

Prestar atendimento especial a eleitores com deficiência ou mobilidade reduzida. Orientar esses eleitores a informar sua deficiência ou dificuldade de locomoção por meio do Formulário de Identificação do Eleitor com Deficiência ou Mobilidade Reduzida na seção eleitoral.

REDUÇÃO DE BARRERAS FÍSICAS

- Terrenos irregulares nos pátios de acesso;
- Batentes nos acessos e nas áreas internas dos locais de votação;
- Escadas;
- Portas e portões estreitos;
- Batentes (palco) nas salas onde funcionam as seções eleitorais;
- Fios da urna eletrônica não fixados

ORIENTAÇÕES PARA O VOTO

Prestar atendimento especial a eleitores com deficiência ou mobilidade reduzida. Orientar esses eleitores a informar sua deficiência ou dificuldade de locomoção por meio do Formulário de Identificação do Eleitor com Deficiência ou Mobilidade Reduzida na seção eleitoral.

AUXÍLIO NO MOMENTO DO VOTO

- A pessoa com deficiência pode ser auxiliada por alguém de sua confiança, ainda que não o tenha pedido antes ao juiz eleitoral.
- Essa pessoa não pode estar a serviço da Justiça Eleitoral, de partido político ou de coligação.
- O presidente da seção eleitoral, verificando a necessidade de auxílio para votar, autoriza o ingresso da pessoa de confiança na cabine com o eleitor, podendo inclusive digitar os números na urna.
- A assistência de outra pessoa ao eleitor com deficiência ou com mobilidade reduzida deverá obrigatoriamente ser consignada em ata.

RECURSOS DE ACESSIBILIDADE DA URNA ELETRÔNICA

- Teclado com alfabeto em Braille;
- Áudio (recurso ativado pelo mesário)
- Intérprete de Libras na tola da urna;
- Nome fonético (ortografador de voz)

AÇÕES RELATIVAS ÀS ELEIÇÕES 2024

7. Treinamento de mesários com foco na inclusão

O Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE-PA), em sua constante busca por promover a inclusão e a acessibilidade no processo eleitoral, realizou uma série de treinamentos voltados para os mesários que atuarão nas eleições de 2024. Com foco especial na inclusão de pessoas com deficiência, a 28ª Zona Eleitoral promoveu um treinamento específico para os secretários de mesa, que contou com a presença de intérpretes de Língua Brasileira de Sinais (Libras).

Essa iniciativa foi motivada pelo pedido de Luã Tavares, um mesário surdo que se voluntariou para trabalhar nas eleições e que terá a importante função de auxiliar os eleitores com deficiência auditiva durante o processo de votação. A presença dos intérpretes de Libras durante o treinamento garantiu que Luã pudesse acompanhar todas as instruções e informações repassadas aos demais mesários, assegurando assim a sua plena participação e compreensão das suas responsabilidades.

Márcio Rodrigues, chefe de cartório da 28ª Zona Eleitoral, ressaltou a importância da inclusão de pessoas com deficiência no processo eleitoral e destacou o papel fundamental que Luã Tavares desempenhará nas eleições de 2024. Ele informou também que Luã trabalhará em conjunto com o Coordenador de Acessibilidade da zona eleitoral, a fim de garantir que todos os eleitores com deficiência tenham seus direitos garantidos e possam exercer o seu direito ao voto de forma plena e autônoma.

A iniciativa do TRE-PA e da 28ª Zona Eleitoral é um exemplo de como a inclusão e a acessibilidade podem ser promovidas no processo eleitoral, garantindo que todos os cidadãos, independentemente de suas condições, possam participar ativamente da democracia e exercer o seu direito ao voto.

Objetivo: Promover acessibilidade a mesário surdo.

Indicadores (Res. 401/2021): 2.11.

Resultado: Acessibilidade garantida.

Desafios encontrados: Não houve. A zona eleitoral apoiou a ação e solicitou a sua expansão nas próximas eleições.



AÇÕES RELATIVAS ÀS ELEIÇÕES 2024

8. Atendentes cegos no atendimento do Disque Eleitor

O Tribunal Regional Eleitoral do Pará contou com o apoio de pessoas convocadas para auxiliar no atendimento do Disque Eleitor (148) durante as eleições. Entre os convocados estão Marco Antônio Mascarenhas, servidor do Tribunal Regional do Trabalho (TRT 8ª Região), e Moisés Júnior, do Banco da Amazônia, ambos cegos. Eles doaram seu tempo para tirar dúvidas dos eleitores sobre temas como situação eleitoral, regularidade cadastral e local de votação.

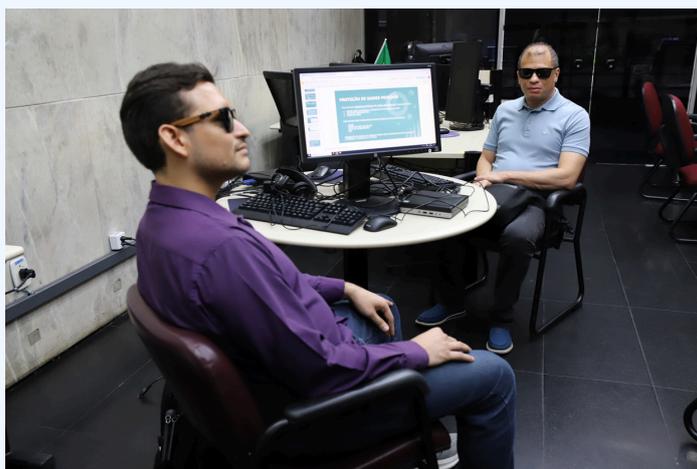
Marco Antônio, com experiência em três eleições, e Moisés, que trabalhou pela primeira vez nas eleições, utilizaram um programa especial de leitura de tela para repassar informações aos eleitores durante a sexta, sábado e domingo das eleições.

Objetivo: Promover acessibilidade a mesários cegos.

Indicadores (Res. 401/2021): 2.11.

Resultado: Acessibilidade garantida.

Desafios encontrados: Escolha do programa leitor de tela que melhor se adaptasse ao sistema utilizado.





Tribunal Regional Eleitoral do Pará

RELATÓRIO DE ACESSIBILIDADE - 2024

Tribunal Regional Eleitoral do Pará

Elaboração e editoração:

Comissão Multidisciplinar de Acessibilidade e Inclusão - CMAI

Seção de Gestão da Sustentabilidade Ambiental e Social - SGS

Belém, fevereiro de 2025

Atualizado em 8 de agosto de 2025